

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Beatriz Aparecida de Almeida Araujo

Feminismo Negro e o racismo como fator de adoecimento mental

Rio de Janeiro

2016

Beatriz Aparecida de Almeida Araujo

Feminismo negro e o racismo como fator de adoecimento mental

Monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientadora: Carolina Vianna Dantas

**Rio de Janeiro
2016**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família pelo apoio e incentivo.

Aos meus amigos pelas problematizações necessárias, pelas longas conversas e pela compreensão quando eu não conseguia falar de outra coisa a não ser o meu tema. E a claro a todos os meus colegas de classe que estiveram comigo ao longo desses quatro anos.

A Carolina Dantas por ter aceitado o pedido para ser minha orientadora e por me ajudar durante esse processo desde o fechamento do tema, pré-projeto, escrita, até as referências bibliográficas.

Gostaria de agradecer também a Charô Nunes, Larissa Santiago, Maria Casagrande e Thiane Neves Barros coordenadoras do Blogueiras Negras, por manterem um espaço tão importante para a visibilidade da produção de mulheres negras e por me disponibilizarem dados que não estão presentes no site.

Quero agradecer também aos professores que estiveram durante a minha trajetória na Politécnica. Vocês são parte importante desse processo e vou levar as experiências vividas e aprendidas aqui para a minha vida.

Às mulheres negras que possuem visibilidade na mídia pela representatividade por tentar levarem a nossa voz a espaços que ainda não chegamos;

Gostaria de agradecer também às mulheres negras que seguem resistindo e lutando por sua voz e espaço dentro e fora do Movimento.

Às Feministas que atuam no meio acadêmico como Djamila Ribeiro e Sueli Carneiro, por levarem a representatividade a um espaço que nos é tão negado.

Gostaria de agradecer também a Beyoncé pelas composições presentes no álbum *Lemonade*, esse álbum era exatamente o que eu precisava ouvir.

E, por último, gostaria de agradecer a Deus por me dar forças para completar essa trajetória.

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo traçar um panorama histórico do Movimento Feminista, levantando as principais pautas e conquistas de cada uma de suas ondas, para depois buscar identificar o lugar e o papel da mulher negra dentro do Movimento Feminista e o surgimento do Feminismo Negro como vertente dentro Movimento Feminista e suas principais especificidades. Por ultimo será feita uma análise de 12 textos selecionados da aba “saúde” do *blog* brasileiro “Blogueiras Negras”, que possuem como temática principal o racismo como fator de adoecimento mental para as mulheres negras.

Palavras-chave: História do feminismo; Feminismo Negro; racismo e saúde mental;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia de Sueli Carneiro.	13
Figura 2 – Quadro de Olympe de Gouges.	14
Figura 3 - Quadro de Mary Wollenstonecraft.....	15
Figura 4 – Quadro de Millicent Fawcett.....	15
Figura 5 – Fotografia de Emmeline Pankhurst.....	16
Figura 6 – Fotografia de Emily Davison	17
Figura 7 - Fotografia do acidente com Emily Davison.....	17
Figura 8 – Fotografia de Bertha Lutz	18
Figura 9 – Fotografia de Sojourner Truth.....	20
Figura 10- Fotografia de Simone de Beauvoir.	21
Figura 11 – Fotografia de Margareth Sanger.....	22
Figura 12 - Katherine McCormick... ..	22
Figura 13 – Fotografia de Betty Friedan.....	25
Figura 14 – Fotografia de bell hooks.....	29
Figura 15- Fotografia de Kimberlé Crenshaw.....	30
Figura 16 -Fotografia de Audre Lorde.....	31
Figura 17- Fotografia de Judith Butler	34
Figura 18 – Fotografia Jaclyn Friedman.....	35
Figura 19 – Fotografia de Emma Watson.....	38
Figura 20 – Fotografia de Julia Zulver	39
Figura 21 – Fotografia de Pedrina de Deus	40
Figura 22 – Fotografia de Jurema Werneck	40
Figura 23 – Fotografia de Angela Davis	41
Figura 24 – <i>Print do Blogueiras Negras</i>	42
Figura 25 – <i>Print do Blogueiras Negras</i>	44
Figura 26 - <i>Print do Blogueiras Negras</i>	45
Figura 27 - <i>Print do Blogueiras Negras</i>	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro sinóptico dos textos selecionados.....	46
--	----

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1- O Feminismo Negro em seu contexto	13
Capítulo 2 - Racismo e saúde mental no <i>Blogueiras Negras</i>	42
Conclusão	53
Referências bibliográficas.	55

INTRODUÇÃO

O Movimento Feminista acontece e é construído tanto nas esferas particulares, nas relações interpessoais, nos pensamentos e nas ações cotidianas quanto nas esferas informais das redes sociais, nas esferas instituídas e/ou institucionalizadas dos grupos militantes. Uma mulher pode não ser uma estudiosa sobre o tema nem ativista ligada a algum grupo, mas, no seu cotidiano ter atitudes e ideias que condigam com os fundamentos do Movimento ou, ainda, se aproximar das reflexões feministas informalmente por meio de *blogs* e *funpages* do *Facebook* e, dessa forma, apontar e questionar comportamentos que são considerados machistas pelo Movimento, mas que são aceitos e tidos como normais na sociedade, problematizando e discutindo questões essenciais dentro do Feminismo em variados espaços. Então, “ser feminista” não está necessariamente ligado ao pertencimento formal a um grupo militante. Mas, o que significa Feminismo?

Para se conhecer o Movimento Feminista em sua complexidade é necessário explicitar que, não se trata de Feminismo (no singular), mas sim de Feminismos (no plural) pelo fato de não ser constituído de uma, mas sim de diversas narrativas, principalmente, no que se refere à organização/configuração do Movimento atualmente. Deve-se considerar que, ao mencionar Feminismo, estamos tratando de discursos heterogêneos derivados de suas várias divisões e tendências internas, algumas vezes, conflitantes e que disputam espaço entre si. Porém, mesmo considerando essa questão, não se pode deixar de reconhecer que, ao mesmo tempo, o Movimento Feminista possui um objetivo maior que é a equidade de gênero.

Os significados da palavra Feminismo nos dicionários, por si só, trazem à tona uma série de problemáticas a respeito do tema: “basta usar um mecanismo de busca na internet para encontrar uma definição que tenta banalizar o movimento de defesa dos direitos das mulheres ou que insistem em opor feminismo ao machismo” (BARBA, 2014). Podemos tomar como exemplo, as definições presentes no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* e no *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, que caracterizam o Feminismo como “conceito, ideia, teoria de que as capacidades e os direitos das mulheres igualam-se aos dos homens”. (AULETE, 2011, p.649) E “Movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou a equiparação dos seus direitos aos dos homens”. (FERREIRA, 2010, p.931) A semelhança entre essas definições não é mera coincidência; elas demonstram as

relações de poder existentes na sociedade, na qual o homem é concebido como superior, como normativo e como um padrão a ser alcançado, quando, na verdade, “a doutrina feminista vem trabalhando há mais de três séculos para reconhecer a mulher como gerador de sua própria história” (BARBA, 2014). Como afirmou Barba, as próprias definições do Feminismo estão em disputa e também refletem as opressões e relações de poder às quais as mulheres estão submetidas.

Assim, essa comparação que desqualifica a mulher como protagonista, acaba gerando uma série de equívocos quanto ao que o feminismo realmente significa para as mulheres que lutam pela equidade de gênero, o que, muitas vezes, leva a palavra a ser significada erroneamente como o antônimo de machismo. Tal termo, por sua vez, aparece atualmente com significados semelhantes em três importantes dicionários da língua portuguesa: “Atitude de colocar as mulheres em posição inferior à dos homens” (BECHARA, 2011, p.798); “Opinião ou procedimento discriminatórios que negam à mulher as mesmas condições sociais e direitos do homem” (BORBA, 2011); e “Comportamento que tende a negar à mulher os direitos concedidos ao homem” (VILLAR, 2011, p.600). Ou seja, enquanto o Feminismo é definido como luta das mulheres para igualarem-se aos homens, o machismo aparece como um sistema de opressão no qual a mulher tem os seus direitos e a sua posição na sociedade colocados como inferior a dos homens, sempre tido como o que é normativo.

A partir dos estudos acadêmicos, podemos começar a definir o Feminismo como um movimento sem marcos cronológicos precisos, já que a própria relação entre os gêneros se modificou ao longo do tempo. No século 14, por exemplo, já existiam movimentações de mulheres em defesa da igualdade para mulheres. Como movimento de massas, porém, pode-se datar a emergência do feminismo a partir da década de 1970, “(...) momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico” (ALVES; PITANGUY, 1985).

O termo foi disseminado, segundo Narvaz e Koller, durante o que se chama de primeira onda do Movimento Feminista, ocorrida e irradiada, sobretudo, da França, Inglaterra e Estados Unidos para outros lugares entre o século 19 e início do 20,

Na Europa com o surgimento do movimento feminista que nasceu atrelado ao movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos que naquela época eram reservados somente aos homens. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649)

Entre as principais pautas do Movimento nesse momento estavam o protesto contra alguns tipos de opressões sofridas pelas mulheres que protagonizavam a luta: contra as diferenças contratuais no mundo do trabalho, a diferença na capacidade de adquirir propriedades e os casamentos arranjados, que ignoravam o direito de escolha e os sentimentos da mulher, inclusive, de não querer casar. Mas, essa origem branca e liberal do Movimento Feminista levou à invisibilização e à consequentemente exclusão das opressões específicas relativas à raça e ao racismo, às quais as mulheres negras estavam submetidas. Logo, elas não se sentiam plenamente representadas pelas pautas daquele Movimento.

A partir dos anos de 1980 começou a se enfatizar as diferenças e as singularidades das experiências sociais das mulheres (KOLLER; NARVAZ, 2006), no sentido de mostrar que o discurso universal era excludente. Tomava fôlego assim, na década de 1990, o momento que ficou conhecido como terceira onda do Movimento Feminista, onde a proposta se concentrou na diversidade e em fechar as lacunas deixadas pelas outras duas ondas.

Em meio a essa terceira onda, emergiu uma nova vertente do Movimento Feminista, que ficou conhecida como Feminismo Negro. Segundo Salvina, objetivamente,

(...) o Movimento feminista negro (...) surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos, no contexto posterior ao fortalecimento da luta contra o racismo. O movimento pelos direitos civis dos negros e das negras levou milhares de cidadãos às ruas das principais cidades americanas – como fazia o reconhecido Partido dos Panteras Negras. (SALVINA, 2015, p. 7)

Essa nova corrente se concentrou na denúncia das opressões específicas sofridas pela mulher negra e nas pautas, que, até aquele momento não haviam sido escutadas e muito menos discutidas. Antes do Feminismo Negro, o fato da mulher negra ainda lutar para ser reconhecida como ser humano e de sofrer dupla opressão, por ser mulher e por ser negra ainda não havia sido visibilizado dentro do Movimento. Embora, é claro, as mulheres negras sempre tenham lutado e resistido, de diferentes formas, às opressões. Esse é o caso, por exemplo, da resistência das mulheres escravas e libertas à escravidão e ao racismo no Brasil. (LEMOS, 2006; TELLES, 2013)

E ainda que hoje o Feminismo Negro tenha considerável espaço dentro do Movimento Negro e lideranças destacadas, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil e esteja presente nas redes sociais, o Feminismo Negro e suas pautas ainda são alvo de um silêncio que não é algo aleatório ou inocente. Exemplo disso são dois livros de

síntese recentes publicados no Brasil e, amplamente disponíveis nas livrarias, que se dedicam a narrar a trajetória e os principais marcos e conquistas do Movimento Feminista, mas que em nenhum momento sequer citam as especificidades da mulher negra e muito menos reconhecem o Feminismo Negro como vertente. (AUDAD, 2003; GARCIA, 2015)

Mas, apesar do silenciamento nos livros, a luta por visibilidade é constante. Um exemplo é o *Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha*, criado durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, em 1992, e celebrado no dia 25 de julho. A data foi criada com o intuito de celebrar e provocar a reflexão sobre o papel da mulher negra na América Latina e no Caribe, buscando também dar visibilidade às desigualdades de raça e gênero e à luta da mulher negra contra o racismo e o sexismo.

Nesse mesmo sentido, em 2014, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a lei nº 12.987/2014, instituindo o dia 25 de julho como *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*. Tereza de Benguela viveu no século 18 e liderou o Quilombo de Quariterê depois da morte de seu companheiro, José Piolho. Segundo alguns registros, o Quilombo abrigava mais de 100 pessoas em meados do século 18 e localizava-se na região hoje conhecida como Mato Grosso. Tereza foi morta em 1770 após ser capturada por soldados.

Apesar de tudo, a história da vida de Tereza de Benguela resiste ao tempo, mesmo com o racismo e o machismo, sobrevivendo devido ao esforço incansável de centenas de jovens negras, que buscam por ícones feministas além das intelectuais da Europa e outras mulheres com as quais nem sempre conseguem se identificar. A persistência de Tereza não se deixa ser sufocada nem mesmo por toda a força colonizadora escravocrata que perdura até hoje: as mulheres negras do passado e do presente existem e permanecem lutando para transformar a realidade. Nesse sentido, o dia 25 de Julho não é somente uma data oficial para que uma líder quilombola seja lembrada; é também um dia para que as próprias batalhas travadas pelas mulheres negras de hoje sejam expostas. Cada mulher negra que se mantém caminhando e enfrenta o racismo e o machismo em sua rotina diária é também um ícone de força e celebração da negritude. (ARRAES, 2014)

Também podemos apontar, em vários outros locais no planeta, invisibilizações parecidas: a trajetória da escritora e ativista dos direitos civis estadunidense Audre Lorde é um bom exemplo. “Lorde desafiou feministas brancas, questionando seu ponto de vista sobre questões raciais, e se tornou uma voz lésbica negra isolada dentro do movimento feminista, apontando as opressões a que as mulheres brancas submetiam as mulheres negras”. (ANUNCIADA, 2015). Em seus trabalhos apontava, principalmente,

os conflitos oriundos de ser mulher negra em uma sociedade marcada pelo machismo e racismo e, também, abordou temas como classe social, gênero e sexualidade. Por ser uma voz isolada naquela época – ao longo da segunda onda - “nem dentro do movimento feminista ela tinha apoio, pois apontava as fragilidades desse movimento e a necessidade de se tratar de questões relativas à realidade das mulheres negras, que eram completamente ignoradas” (ANUNCIADA, 2015). Audre Lorde pode ser considerada uma das precursoras do que ficou conhecido posteriormente como Feminismo Interseccional.¹

Sueli Carneiro, uma das lideranças mais expressivas do Feminismo Negro no Brasil atual, explicitou as especificidades das opressões históricas experimentadas pelas mulheres negras:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estão falando? (CARNEIRO, 2011)

¹ Segundo Kimberlé Crenshaw, interseccionalidade se define como “[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. Ela elucidou o termo Feminismo Interseccional pela primeira vez na década de 1980, mas admitiu que muito antes feministas negras já discutiam sobre as interseccionalidades das opressões. Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde e Bell Hooks são algumas das principais estudiosas do Feminismo Interseccional. (CRENSHAW, 2002, p. 4)



Figura 1 – Sueli Carneiro, Feminista, pedagoga e diretora da ONG Geledés.
Reprodução da internet.

Essa colocação abre espaço para as perguntas de pesquisa dessa monografia: Quais foram as principais lutas feministas em cada uma das ondas feministas? Qual o lugar das mulheres negras em cada uma delas? Por que a necessidade de um Feminismo Negro, já que segundo o discurso clássico universal, todas as mulheres sofrem o mesmo tipo de opressão, independente de raça e do racismo? Quais são as opressões sofridas especificamente pela mulher negra?

* * *

Esse trabalho tem como objetivo geral conhecer de modo panorâmico o contexto no qual o Feminismo Negro surgiu dentro do Movimento Feminista e identificar as principais especificidades que fizeram a sua existência ser necessária para as mulheres negras. E como, objetivo específico, demonstrar como o racismo produz impactos na saúde mental das mulheres negras. Tal objetivo será cumprido por meio da análise de 12 textos sobre os impactos do racismo para a saúde das mulheres negras publicados no *blog* brasileiro chamado *Blogueiras Negras*. Assim, o objetivo geral e objetivo específico serão desenvolvidos, respectivamente, nos capítulos 1 e 2.

CAPÍTULO 1 – O FEMINISMO NEGRO EM SEU CONTEXTO

A trajetória do Movimento Feminista costuma ser tradicionalmente dividida em ondas, em três ondas, para ser mais específica. Objetivamente, a primeira onda corresponde ao período entre o final do século 19 e começo do século 20; a segunda onda compreende o período que se estende aproximadamente da década de 1960 até a

década de 1980; e a terceira onda se refere ao início da década de 1990 até o momento atual.

Dentro da história do feminismo as ondas são momentos em que o Movimento foi mais expressivo em termos de pautas/tendências específicas e alcançou mais objetivos. É importante salientar que essas ondas não expressam totalmente a história do Movimento, mas sim, uma síntese do que conseguiu ser expresso, já que várias narrativas foram sufocadas ao longo da história. Assim, podemos afirmar que o que marcou cada uma dessas ondas foram os principais debates, reivindicações e conquistas obtidas em cada período pelos setores hegemônicos dentro do Movimento.

Apesar de ser possível encontrar na História vozes isoladas do Feminismo desde a Antiguidade Clássica (BRANCA; PITANGUY, 1985, p. 14), as primeiras manifestações do movimento, de forma organizada, são datadas do final do século 18, com o advento da Revolução Francesa e, começo do século 19, no bojo das lutas operárias, que visavam melhores condições de trabalho e cidadania. Como a Revolução Francesa não concedeu o sufrágio para as mulheres, como fez com os homens, as mulheres compreenderam que deveriam lutar de forma autônoma para conquistar a suas reivindicações. Foi o que fez a francesa Olympe de Gouges (1748-1793), autora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) e que acabou guilhotinada, em 1793, por desafiar e criticar o governo liderado por Robespierre.



Figura 2 – Olympe de Gouges, Alexandre Kucharski, c. 1787.
Reprodução da internet.

Da mesma forma, no final do século 18, mais especificamente, ano de 1792, a escritora Mary Wollenstonecraft (1759-1797) lançou o livro “Uma reivindicação pelos direitos da mulher”. A obra foi uma grande influência para as sufragistas britânicas.



Figura 3 - Mary Wollenstonecraft, John Opie, c. 1797.
Reprodução da internet.

Essas mulheres tomaram consciência de que o universal, nesse contexto, era eminentemente masculino. O sufrágio universal, estabelecido na França em 1793, é um bom exemplo disso: as mulheres não votavam, embora o voto fosse universal. Desse modo, essas mulheres incorporaram o sufrágio feminino como sua principal pauta, atuando a partir de um coletivo formado, majoritariamente, por mulheres burguesas. Assim surgiu o Movimento Sufragista.

Na Inglaterra, o Movimento se iniciou em 1897, com a fundação, por Millicent Fawcett (1847-1929), da *União Nacional das Sociedades de Mulheres Sufragistas* (NUWSS). Tinha um caráter liberal e, se estruturou, principalmente, na própria Inglaterra, nos Estados Unidos, na França e na Espanha no período pós-Revolução Industrial. Já em 1904, foi fundada a *Aliança Internacional das Mulheres Sufragistas*. Essas organizações eram contra rebeliões e focavam em protestos pacíficos e dentro da legalidade, como comícios e propagandas (OBLADEN, s/d). Porém, havia essa corrente moderada, liderada por Fawcett, e outra que se radicalizou. Então, um grupo de mulheres da NUWSS decidiu que era hora de mudar a estratégia e agir de forma mais enérgica, utilizando práticas violentas, sabotagens e etc. O termo “suffragettes” nesse momento era utilizado pela opinião pública de forma pejorativa para denominar tais mulheres (OBLADEN, s/d). Desse modo, criaram então a *União Social e Política das*

Mulheres (WSPU). (GAMBA, 2008) E foi aí que o Movimento começou a causar rebuliço na Inglaterra.



Figura 4 – Millicent Fawcett, s/d. Reprodução da internet.

Em 1913, Emmeline Pankhurst, líder e fundadora da *União Social e Política das Mulheres* foi presa após assumir, segundo jornais da época, um atentado contra uma casa de campo que estava sendo negociada pelo ministro das finanças, Sr. Lloyd George, e por fazer ameaças de uma guerra civil. Pankhurst seria presa mais de dez vezes e, mesmo na prisão, agiu como agente mobilizador, denunciando as más condições dadas às presas políticas.



Figura 5 – Emmeline Pankhurst fazendo um discurso, 1911. Reprodução da internet.

No mesmo ano, Emily Davison (1872-1913) morreu atropelada pelo cavalo do Rei George V da Inglaterra, após tentar colocar um broche do Movimento Feminista no animal. (MENDONZA, 2003) Até hoje a sua morte divide opiniões, alguns acreditam que ela tinha a intenção de se tornar um mártir e, outros, defendem que tudo não passou de um acidente.



Figura 6 - Emily Davison, s/d.
Reprodução da internet.



Figura 7 - Emily Davison no momento do acidente com o cavalo do Rei George.
Reprodução da internet.

Em 1918, após os espaços conquistados pelas mulheres na I Guerra Mundial (1914-1918), as Sufragistas conseguiram uma das suas primeiras vitórias na Inglaterra (SOUZA, 2016): as mulheres maiores de 30 anos, a partir daquele ano, tiveram o direito ao voto por meio do *Representation of the People Act*. (MENDONZA, 2003) Apesar de

terem chamado a atenção da opinião pública, as ações de protesto obtiveram sucesso parcial em suas reivindicações, pois o direito ao voto ainda era restrito. Mas, tal medida estimulou as mulheres de outros países a buscarem seu direito ao voto, já que este era considerado de maior importância em comparação a outras pautas que explicitavam a condição feminina. Foi somente em 1928 que o direito ao voto na Inglaterra foi ampliado e plenamente conquistado, pois todas as mulheres a partir de então puderam votar e se candidatar a cargos políticos. (OBLADEN, s/d)

No Brasil, as manifestações do Movimento Feminista são relatadas a partir do final do século 19 e início do século 20 que Céli Pinto identifica e interpreta a partir de duas tendências. A primeira liderada por Bertha Lutz e com um foco no Movimento Sufragista foi chamada de feminismo “bem comportado”, pois possuía um caráter mais conservador e não questionava a opressão contra a mulher e também entendia que a luta pela inclusão das mulheres à cidadania se caracterizava não como pelo desejo de uma mudança das relações entre gênero, mas sim como um complemento para um melhor andamento da sociedade.



Figura 8 – Bertha Lutz, s/d. Reprodução da internet.

Entretanto, essas eram lutas e conquistas das mulheres brancas (e de classe média) europeias e brasileiras. Enquanto as mulheres brancas de classe média iam às ruas protestar e exigir os seus direitos à cidadania e à vida pública, mulheres negras nos Estados Unidos e no Brasil - e mesmo as mulheres imigrantes não brancas que viviam na Europa - cuidavam de seus filhos e de suas casas e dos filhos e das casas das suas

patroas ou senhoras, ou seja, estavam submetidas a regimes de opressão social e também racial. Essas mulheres “não entendiam” os motivos de suas patroas/senhoras estarem reivindicando o direito ao trabalho, já que estas sempre trabalharam por necessidade e não por opção. Enquanto essas mulheres brancas e de classe média procuravam a sua libertação, as mulheres pobres e/ou negras eram escravizadas, aprisionadas e invisibilizadas. Segundo, Angela Davis, as mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos

(...) sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (DAVIS, 2016, p. 13)

Assim, enquanto as feministas sufragistas brancas europeias, norte-americanas e brasileiras lutavam pelo direito ao voto e à atuação no espaço público, as mulheres negras lutavam para serem reconhecidas como seres humanos e terem seus direitos básicos garantidos, como o direito à liberdade e à igualdade civil. No Brasil, os estudos sobre a violência (espancamento, maus tratos, humilhações e estupros) ocorrida com trabalhadoras domésticas negras depois da abolição da escravidão (TELLES, 2013) ajudam a tirar do silêncio as opressões sobrepostas que as mulheres negras sofriam e que são diferentes daquelas sofridas pelas mulheres brancas de classe média, identificadas com a luta pelo sufrágio.

Mas, diferente do que aconteceu na Inglaterra e no Brasil, nos Estados Unidos as mulheres negras tiveram a sua parcela de participação nessa luta pelo voto - mesmo que pequena, em função da exclusão dentro do próprio Movimento Sufragista e, muitas vezes, invisibilizada -, tendo em vista que, para as mulheres negras, a luta pelo sufrágio feminino caminhou atrelada à luta contra a escravidão (GARCIA, 2015, p.52). Assim, é possível identificar algumas narrativas, mesmo que isoladas, de mulheres negras que buscavam a sua libertação. Um exemplo é a norte-americana Sojourner Truth (c. 1797 – 1883), uma escrava liberta e abolicionista, que não sabia ler nem escrever, pois a alfabetização era proibida para os escravos.



Figura 9 - Sojourner Truth, s/d. Reprodução da internet.

Sojourner esteve na primeira *Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres*, em 1850, e, em 1851, durante a *Convenção de Akron*, ela proferiu o discurso “Ain’t I a woman?”, no qual explicitou os problemas específicos das mulheres e denunciou duas formas de exclusão da mulher negra no contexto da escravidão: gênero e raça, embora o racismo não fosse o seu foco principal. De acordo com Angela Davis, Truth era uma hábil e carismática oradora, tendo sido a única mulher ali presente capaz de responder com força suficiente aos argumentos da supremacia masculina utilizados por homens para ridicularizar o evento. Foi assim que teria atacado, naquele momento, a ideia de que a (suposta) fraqueza feminina seria incompatível com o voto (DAVIS, 2016). Para Truth,

(...) Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoitamento também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a

escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851)

Assim, com a conquista do direito ao voto em alguns países europeus e nos Estados Unidos ao longo das três primeiras décadas do século 20 e com o predomínio das mulheres brancas e de classe média e de suas pautas terminou o que se chama de primeira onda do Movimento Feminista. O direito ao voto e o adensamento da luta por ele foram as principais marcas dessa onda, assim como, também foi a ausência das necessidades específicas das mulheres negras como pauta.

Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a força de trabalho masculina que estava nas fábricas foi quase toda empregada nos exércitos e em zonas de guerra, o que gerou uma falta de mão de obra nas fábricas, em uma época em que o trabalho fabril e industrial eram as principais formas de movimentação da economia. Para solucionar o problema, os donos de fábricas estimularam mulheres a ocuparem postos em fábricas que antes eram destinados a homens. Elas obviamente receberiam menos pelos mesmos trabalhos.

Em 1949, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) lançou o obra *O Segundo Sexo*, na qual analisa a situação da mulher na sociedade ocidental. No trecho “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, a autora explicita que o “ser mulher” está relacionado e é construído socialmente, não tendo nenhuma ligação com a biologia, mas sim com a construção social, histórica e cultural em que a mulher está inserida. (Lucena, 2012)



Figura10 - Simone de Beauvoir, 1950. Reprodução da internet.

O título da obra também é uma provocação, tendo em vista que a mulher durante séculos só existiu em relação ao homem, ou seja, a mulher se tornou “um segundo sexo”, que só poderia ser definido em relação ao primeiro sexo, no caso, o masculino. A autora, posteriormente, virou uma das mais conhecidas teóricas feministas, e a sua obra continua sendo objeto de pesquisa e debate até hoje.

Mas, com o término da Segunda Guerra Mundial - assim como aconteceu após a Primeira Guerra - força de trabalho masculina retornou ao mercado industrial, e como no modelo capitalista não existe plena oferta de trabalho, a presença da mulher na indústria foi desprezada. A mídia teve influência nesse retorno da mulher ao espaço doméstico, com propagandas que mostravam a mulher submissa, que cumpre o seu papel de esposa e mãe exclusivamente no espaço doméstico. (BITTENCOURT, 2015, p. 200)

A partir disso, várias teóricas feministas passaram a criticar esse papel imposto social e culturalmente, procurando reaver as conquistas adquiridas pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, como, por exemplo, o “(...) espaço público - ainda que precarizado e desvalorizado; o ingresso nas universidades; e a conquista de democracia representativa, de forma a romper com os entraves das reivindicações formais da primeira onda feminista”. (BITTENCOURT, 2015).

No início da década de 1950, a feminista Margareth Sanger e a multimilionária, bailarina e atriz, Katherine McCormick (1875-1967) - ambas norte-americanas - se uniram para inventar uma pílula para evitar a gravidez, que fosse fácil de usar, eficiente e barata.



Figura 11- Margareth Sanger, 1922.
Reprodução da internet.



Figura 12 - Katherine McCormick, s/d.
Reprodução da internet.

O cientista Gregory Pincus aceitou o desafio, mas teve que trabalhar às escondidas, já que os contraceptivos eram oficialmente proibidos nos Estados Unidos, medida que só foi revogada em 1965. No dia 18 de agosto de 1960, foi lançado nos Estados Unidos o medicamento Enovid-10. A chegada dessa pílula ao mercado significou uma verdadeira mudança nos hábitos sexuais no mundo ocidental.² A pílula significou uma reviravolta no conceito de sexualidade, já que a partir daquele momento a mulher poderia fazer sexo apenas por prazer, e não somente para a reprodução e, ainda, controlar as suas gestações.

Teve início então, entre a década de 1960 e 1970, simultaneamente com diversos movimentos de libertação, como o Movimento Negro e o Movimento LGBT - que denunciavam os diversos tipos de opressão - a segunda onda Feminista. E, de acordo com Silva e Silva foi nesse contexto que as mulheres começaram a perceber que o sexo é político, ou seja, que é permeado por relações de poder e de hierarquia. (SILVA E SILVA)

Essa segunda onda veio com uma análise do que foi a primeira onda e o Movimento Feminista como um todo, e fez uma crítica ao caráter burguês e liberal da primeira onda. Porém, essa crítica foi mais longe: a primeira onda não teria enfatizado as formas de opressão da estrutura patriarcal, se restringindo pautas e ações pontuais. Assim, diferentemente da onda anterior, a segunda onda veio com uma forte denúncia do patriarcado e com diversas frentes de lutas. Havia as “feministas da diferença” - tidas como androcêntricas³ - que acreditavam que uma visão igualitária das mulheres, ou seja, insistiriam em “(...) incluir as mulheres nas atividades tradicionalmente masculinas (...)”, o que “(...) significaria interpretar que apenas estas atividades eram verdadeiramente humanas e dignas” (LUCENA, 2012, p. 6); havia as “feministas da igualdade”, que viam a diferença de gênero como um instrumento de dominação masculina e que acreditavam que “a diferença de gênero era algo inerente ao sexismo, e que o objetivo do Feminismo era retirar as amarras da diferença e estabelecer a igualdade” (LUCENA, 2012 p. 5). Tal antagonismo também marcou os debates dessa

² Como a pílula anticoncepcional moldou o mundo em que vivemos hoje, *Revista Galileu*, 25/05/2015. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/05/55-anos-da-pilula-anticoncepcional-como-ela-moldou-o-mundo-em-que-vivemos-hoje.html>, acesso em 10/09/2016.

³ O termo foi criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903 e está profundamente ligado à noção de patriarcado. Androcentrismo é a visão do mundo onde se valoriza o ponto de vista masculino e considera o homem como medida de todas as coisas.

onda. Foi nesse momento que a noção formal de equidade⁴ foi introduzida no Movimento Feminista. Assim, por um lado, a segunda onda teve como característica o questionamento com relação às diferenças e à equidade de gênero ficou mais forte. Por outro lado, também foi marcada pelo começo de uma certa fragmentação dentro do Movimento - a partir de recortes de classe e raça, sobretudo - e, as feministas passaram a se organizar em vertentes. Além das feministas marxistas, que focavam em investigar as maneiras de opressão contra a mulher no sistema capitalista, havia as feministas liberais - ou *Libfem* como são chamadas popularmente - que já se organizavam na primeira onda. Essas últimas acreditavam que era possível assegurar a equidade entre homens e mulheres através de reformas políticas e econômicas. Surgiu também uma corrente chamada “Feminismo Radical”, radical, não para denotar fundamentalismos, mas sim, porque a vertente propõe investigar a raiz do problema da opressão masculina. Para essas feministas, a principal causa da dominação masculina é o patriarcado. “Trata-se de um sistema de pensamento e uma prática social de afirmação do poder dos homens sobre as mulheres, que se expressa, essencialmente, sobre o corpo delas” (LUCENA, 2012, p. 6). Ou seja, para as Radicais, as mulheres atingiriam libertação apenas com a queda do patriarcado.

Assim, durante a segunda onda as mulheres buscam os seus direitos com relação à cidadania e à individualidade e à crítica ao patriarcado. Elas queriam os seus direitos com relação ao próprio corpo, queriam ter filhos e que seus direitos de mãe trabalhadora fossem respeitados; também queriam poder não ter filhos e que o Estado respeitasse a sua decisão.

O slogan “o pessoal é político” apareceu durante a segunda onda, já que o que se pretendia fazer era trazer para a esfera política questões que, até então, eram tratadas como exclusivas da esfera privada e encorajaram as mulheres, cada vez mais, a compreenderem que os aspectos da sua vida eram profundamente politizados e reflexos de uma cultura estruturalmente sexista. Passou-se a discutir a violência contra a mulher, a legalização e descriminalização do aborto. E, para levar essas discussões para o campo público, e divulgar as suas ideias, as feministas daquela época usavam como principal ferramenta os meios de comunicação, como revistas e jornais.

⁴ Segundo o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, uma das definições de equidade é “Senso de justiça, com reconhecimento de igualdade de direitos.”

Mas, nem tudo era consenso. Em 1963, a ativista norte-americana Betty Friedan lançou o livro “A mística feminina”, no qual criticou a ideia de que a mulher encontraria satisfação somente através da criação dos filhos e das tarefas do lar.



Figura 13 - Betty Friedan, s/d. Reprodução da internet.

Analizou também a profunda insatisfação das mulheres norte-americanas consigo mesmas e com sua vida e como elas traduziam em diversas patologias os seus problemas pessoais. (GARCIA, 2015, p.83) Segundo Garcia,

A mística feminina – reação patriarcal contra o sufragismo e a incorporação das mulheres na esfera pública durante a Segunda Guerra - que identifica a mulher como mãe e esposa e com isso cerceia toda a possibilidade de realização pessoal e culpabiliza todas aquelas que não são felizes vivendo somente para os demais.”(GARCIA, 2015, p.83)

Apesar de várias duras críticas, a autora se concentrou apenas nas mulheres estadunidenses de classe média e não teorizava sobre o patriarcado e não refletia sobre alternativas de vida e transformação, o que ajuda a compreender os lugares de fala e disputas dentro do próprio Movimento Feminista.

Contudo, em 1964, nos Estados Unidos, apareceu pela primeira vez, a frase “Liberação das Mulheres”, sendo impressa, também pela primeira vez, na imprensa feminista em 1966. Mas, somente em 1968 passou a ser referida ao Movimento como um todo.

Em 1967, no Colorado, foi aprovada a primeira lei permissiva ao aborto, e entre 1967 e 1970, metade dos estados americanos já tinham legalizado o aborto, sendo que este só seria legalmente concedido até determinado estágio da gravidez e se caso preenchesse vários requisitos que geralmente mudavam de estado para estado.

Em 7 de setembro de 1968, o protesto com cerca de 400 ativistas do *Women's Liberation Movement* contra a realização do Concurso Miss América e a ditadura da beleza, episódio que ficou conhecido como “*Bra-Burning*” ou “A Queima de sutiã”, quando na verdade não ocorreu nenhuma queima, mas a atitude é que foi sim incendiária. Essas mulheres espalharam no chão sutiãs, sapatos de salto, cílios postiços, espartilhos, maquiagens, cintas e outros instrumentos, considerados de tortura feminina, mas não queimaram nenhum destes objetos. (PEDRO, 2010, p. 6) Na verdade, a mídia na época usou do protesto para demonizar e ridicularizar as feministas.

Apenas em 1970, Nova Iorque foi o primeiro estado a permitir o aborto a pedido da gestante. Ali, a lei passou a permitir a interrupção da gestação em caso de risco de morte para a mãe em qualquer estágio da gravidez e, até o quinto mês, a pedido. Movimentos contra o aborto se manifestaram contra a medida e, aproximadamente, dois anos depois fizeram uma exposição de fetos de abortos tardios em frente ao Legislativo. Mas, somente em 22 de janeiro de 1973, a Suprema Corte decidiu que a mulher tinha o direito constitucional de praticar o aborto, resolvendo o caso que ficou conhecido como “*Roe versus Wade*”. (TORRES, 2012, p. 41)

A medida que o Movimento Feminista ganhava destaque, a *Assembleia Geral da ONU* declarou 1975 como o *Ano Internacional da Mulher* e organizou no mesmo ano, a primeira *Conferência Mundial sobre as Mulheres*, na Cidade do México. No ano de 1977, se passou a reconhecer o dia 8 de março como *Dia Internacional pelos Direitos da Mulher e a Paz Internacional*. (BLAY, 2001, p. 7)

Além disso, a partir deste momento não era mais possível não definir o Feminismo como um Movimento plural, pois o Movimento floresceu e em cada lugar de forma diferente com suas características e tempos próprios.

No Brasil, podemos identificar alguns movimentos de mulheres correlatos e, em diálogo, com a segunda onda. Céli Pinto chama a segunda tendência - que reunia um conjunto heterogêneo de mulheres - de Feminismo “malcomportado”, vertente que, além de abordar o político, discutia também a dominação masculina, o direito à educação e abordava temas como divórcio e sexualidade, que eram delicados para a época. Também havia uma terceira vertente chamada pela autora de “o menos comportado dos feminismos”, de natureza politizada e que era manifestado pelo Movimento Anarquista e pelo Partido Comunista. (PINTO *apud* BARREIRA, 2003)

Após o golpe de 1937, ocorre um período de regresso do Movimento Feminista, que se estendeu até a década de 1970. Mas, isso não significa que durante esse período

as mulheres não tiveram nenhum tipo de atuação no mundo público no Brasil, pois houve momentos importantes de atuação da mulher, como, por exemplo, no início da década de 1950 no movimento contra a alta do custo de vida.

Entre as décadas de 1960 e 1970, nos estados Unidos e Europa, o Movimento Feminista adquiriu uma abordagem que colocava em pauta os valores conservadores e questionava as hierarquias no ambiente público e privado e com manifestações de grande visibilidade como a “queima de sutiãs”, por exemplo. No Brasil, por conta da ditadura militar, as lutas do Movimento se articulavam à uma dimensão mais ampla na luta pela democracia e abrangia outras esferas de manifestação como o movimento de mães pela liberdade, anistia e a luta contra a carestia que, desde a década de 1940, mobilizava mulheres de diferentes classes sociais e ideologias, se distinguindo dos Movimentos Feministas ativos em outros países.

O reconhecimento de que ser mulher traz consequências tanto no âmbito público como no privado e, que, portanto, existe a necessidade de uma luta específica baseada na modificação das relações de gênero é uma singularidade do Movimento Feminista. E no Brasil existia a compreensão de que, questões como a desigualdade social e a miséria não eram problemas externos às lutas próprias do Movimento, principalmente, à luta de mulheres e negros. Sendo assim, o Movimento Feminista no Brasil tanto lutava por autonomia nos espaços políticos como também defendia as especificidades da condição da mulher. (OTTO, 2004; BARREIRA, 2003)

Na década de 1970, ocorre uma emergência do Movimento durante o governo Médici, o que determinou que ele emergisse dentro e fora do país e no exílio. Nos Estados Unidos e Europa havia cenários de efervescência política e revolução dos costumes. Enquanto isso, no Brasil, o clima era de repressão e morte por conta da ditadura militar.

Em 1975, o Movimento saiu da condição de grupo específico fechado para incorporar segmentos sociais e se fortalece com o evento “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que foi organizado com base em dois grupos informais, para comemorar o Ano Internacional da Mulher, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que possuía um papel importante, abrigando diferentes correntes do Feminismo. A partir de 1976 passava a abrigar três grandes correntes: radical, marxista e liberal. (BARREIRA, 2003)

Assim, enquanto nos Estados Unidos e Europa, por influência da democracia, as especificidades das lutas das mulheres eram expostas de forma aberta, no Brasil existia uma busca de um Movimento com mais autonomia e na luta individual contra a ditadura. Se nos Estados Unidos e Europa, negros e mulheres denunciavam com força as formas de dominação, no Brasil a luta se ramificou em duas perspectivas: a luta pela democracia e a do trabalhador contra a burguesia. Vinha à tona uma oposição entre as lutas gerais e específicas. As lutas gerais se referiam às questões mais voltadas para a política, como por exemplo, a anistia e as eleições livres, enquanto que as específicas abrangiam questões mais voltadas para as questões sociais como a criação de creches, áreas de lazer, igualdade salarial, etc. (BARREIRA, 2003)

Por sua vez, a terceira onda do Feminismo trouxe a discussão das diferenças entre “gênero” e “sexo”; “enquanto ‘sexo’ descrevia os aspectos biológicos, ‘gênero’ compreendia a construção cultural que ocorria sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenças biológicas” (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Dessa forma, a terceira onda criticou o termo “Women’s liberation”, já que a ideia de liberação feminina da segunda onda se centrava nas mulheres brancas e de classe média, que foram as mais contempladas durante aquele momento, culminando também na discussão sobre o que era bom ou não para as mulheres. Enquanto, em 1968, feministas queimaram sutiãs, maquiagens e outros objetos considerados do universo feminino, as mulheres negras tentavam encontrar produtos estéticos para o seu tom de pele, o que era raro no mercado.

Mas onde estavam as mulheres negras em meio a isso tudo? E a questão do racismo? As mulheres negras também passam a se organizar e fundaram a vertente que ficou conhecida, posteriormente, como Feminismo Negro, que apareceu com o objetivo de dar visibilidade às opressões que atingem especificamente a mulher negra. Foi da segunda para terceira onda que as mulheres negras começaram a se organizar. Na terceira onda conquistaram, definitivamente, voz dentro do Movimento Feminista.

A ativista norte-americana bell hooks⁵, por exemplo, é um nome de importância para a emergência da voz das mulheres negras nesse momento pelo fato de seus livros e artigos abordarem, de uma forma relacionada, as questões de gênero, raça e classe, para o que contribuiu ter crescido em meio a segregação racial nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960.(ANUNCIADA, 2015)

⁵ Pseudônimo de Gloria Jean Watkins nome verdadeiro da autora e ativista.



Figura 14 - bell hooks, s/d. Reprodução da internet.

Uma de suas citações mais conhecidas evidencia a necessidade maior de construção de um Feminismo Negro dentro do Movimento feminista: “Eu sou uma feminista negra. Eu reconheço que meu poder e minhas opressões resultam de minha negritude e de meu gênero, portanto, minha batalha nessas duas linhas de frente são inseparáveis”. (HOOKS, 1988 *apud* ANUNCIADA, 2016)

Assim, a terceira onda emergiu “de uma discussão iniciada nos 1980, e que se consolidou, efetivamente, a partir da década de 1990”. (LUCENA, 2012). Ela começa como uma resposta às lacunas da segunda onda, dando ênfase à pluralidade do discurso, nas múltiplas narrativas e nas experiências singulares de cada mulher. Veio, então, uma nova proposta de discussão no Movimento que, além de gênero, passaria a envolver também raça, classe e sexualidade.

Essa onda veio com uma forte crítica à visão única da categoria mulher presente na primeira e segunda onda, sendo que este debate foi proposto, principalmente, pelas feministas negras e lésbicas que não se sentiam contempladas pelas ondas anteriores. Passou a se reconhecer então, que, até aquele momento o Movimento havia agido de modo excludente ao adotar uma visão universalista do ser mulher. As feministas da terceira onda centram no que chamam de “micropolítica”, ou seja, uma política a nível local e um discurso direcionado para grupos e pessoas.

Esse “Feminismo da Diferença” ganhou destaque pelo fato da terceira onda focar não na igualdade entre os gêneros, mas sim, nas suas diferenças. A escritora caribenha-americana Kimberlé Crenshaw (1959-) elucidou, pela primeira vez, o termo Feminismo Interseccional da seguinte forma:

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)



Figura 15 - Kimberlé Crenshaw. s/d. Reprodução da internet.

Apesar de ter abordado o tema na década de 1980, Crenshaw reconheceu que feministas negras já discutiam as interseccionalidades das opressões muito antes dela.

Além de Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde (1934-1992), Angela Davis (1944-) e bell hooks (1952-) são teóricas importantes para o feminismo negro e interseccional. Todas foram precursoras no debate crítico que conjugava os conceitos de gênero e raça como elementos diferenciadores da experiência identitária e de opressão vivida pelas mulheres negras. Assim, a questão racial dentro do Movimento Feminista foi emergindo em contraposição a um feminismo branco, de classe média e heteronormativo.

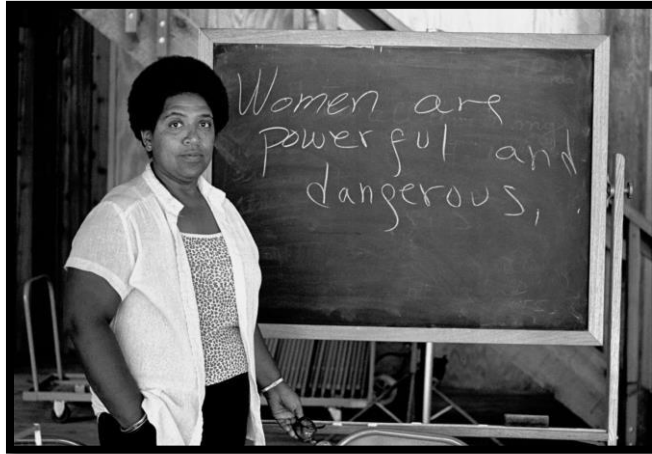


Figura 16 - Audre Lorde, s/d. Reprodução da internet.

Audrey Geraldine Lorde foi uma mulher negra, lésbica, caribenha-americana e ativista pelos direitos civis. Durante a sua vida falou muito sobre as questões que envolvem os direitos civis, racismo, classe social, feminismo, mulherismo⁶ e sexualidade, como no seu poema “Quem disse que seria fácil?”:

A árvore da raiva possui tantas raízes
Que os galhos despedaçam
Antes que se sustentem.
Sentadas em Nedicks
As mulheres se agrupam antes de marchar
Conversando sobre as garotas problemáticas
Que são contratadas para libertá-las.
Uma balconista quase branca
Passa e atende os irmãos primeiro.
E as mulheres não notam nem rejeitam
Os pequenos prazeres de sua escravidão.
Mas eu, que sou limitada pelo espelho,
Assim como pela minha cama
Vejo questões de cor e gênero.
E sento aqui me perguntando
Quem vai sobreviver a todas
Essas Libertações. (LORDE, s/d)

Já a ativista estadunidense Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo, bell hooks - negra, feminista, e autora de diversos trabalhos sobre conexão entre racismo, sexo, gênero e capitalismo – buscou compreender como esses fatores

⁶ É a teoria social afrocentrada nascida em 1945, nos Estados Unidos por Cleonora Hudson. A teoria prega que o feminismo eurocentrado não contempla as mulheres negras estejam elas em diáspora ou nativas no continente africano e que estas deveriam buscar um reencontro com a sua ancestralidade.

funcionam como mecanismos dos sistemas de opressão e dominação de classe sobre a mulher.

Com essa discussão sobre as particularidades e a singularidades da História das Mulheres, o Feminismo Negro foi ficando mais forte. A vertente que começou a surgir no decurso da segunda onda e se solidificou na terceira onda, adquirindo mais espaço e buscando que as mulheres negras tenham mais força para lutar e para ter a sua voz ouvida.

Ao fazer essa separação, segundo algumas críticas do Feminismo Negro (em sua maioria, mulheres brancas) alegaram que as divisões raciais enfraquecem o Movimento como um todo e acusam as negras de segregarem mulheres por focarem demais no racismo.

No Brasil, na década de 1980, no começo da terceira, onda o Feminismo enfrentou, durante a redemocratização, principalmente, duas questões: a primeira foi a ameaça à unidade do Movimento com a reforma partidária de 1979, que dividiu as oposições e, a segunda, foi a relação do Movimento com os governos democráticos, que se estabeleceram naquele momento, principalmente após o partido do *Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB) começar a ganhar as eleições estaduais. (OTTO, 2003)

Surgiram também grupos feministas temáticos, abrindo espaço para o surgimento e desenvolvimento do chamado Feminismo Acadêmico, no *Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas*, em São Paulo e, em pesquisas realizadas em grandes universidades pelo país, algumas das quais, depois, deram origem a vários núcleos de pesquisa e estudos da mulher. E, também, na década de 1980, o Ministério da Saúde implantou o *Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher* (PAISM), que envolvia três principais temas: aborto, sexualidade e planejamento familiar. (OTTO, 2003)

A partir de 1985 foram criadas as delegacias da mulher. O Movimento Feminista e as delegacias especializadas não resolveram o problema da violência contra a mulher, mas isso representou um avanço, já que a mulher passou a ser reconhecida como vítima de violência específica. (OTTO, 2003)

Durante a década de 1990, foram sinalizados dois cenários para identificar novas formas que o Movimento Feminista tomou: a primeira se refere à separação entre o pensamento (teoria) e o Movimento Feminista (prática política); a segunda diz respeito à profissionalização do Movimento, por conta do aparecimento de um grande número de ONGs, como por exemplo, o *Centro Feminista de Estudos e Assessoria* (CCFMEA),

as ações em Gênero, *Cidadania e Desenvolvimento* (AGENDE), ambas com sede em Brasília, e atuantes na esfera da alta política. Outra importante ONG, foi a *Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos*, mais conhecida como Rede Saúde, fundada em 1991 e que possui 110 filiadas em 20 estados.

Emerge também um tipo de organização que não se relaciona diretamente como Estado, mas sim com as mulheres das camadas mais populares, a *Geledés*, por exemplo, possui uma forte atuação na luta contra o racismo e também possui oficinas e sexualidade e saúde. É possível identificar múltiplas formas de manifestação de mulheres em movimentos populares, partidos políticos e sindicatos, trazendo à tona a discussão sobre os direitos da mulher. (OTTO, 2003)

No Brasil, o Feminismo Negro começou a ganhar mais força a partir da década de 1980. A partir do *II Encontro Feminista Latino-americano*, ocorrido em Bertioga, em 1985, surgiu a atual organização de mulheres negras com a intenção de adquirir visibilidade política no campo feminista. Surgem então os primeiros coletivos de mulheres negras. (RIBEIRO, 2015)

Para Lélia Gonzalez, o movimento não deveria se dividir frente ao mito da democracia racial, mas como a mulher negra conseguiria discutir as suas pautas se não eram ouvidas no Movimento Negro e nem no Movimento Feminista Branco?

Sendo assim, a partir da década de 1970, e, sobretudo, da década de 1980, as mulheres negras começam a trilhar um caminho único em busca de representação, construindo assim o Movimento Feminista Negro. O *I Seminário Nacional das Mulheres Negras* forneceu uma definição única com relação à concepção do movimento de mulheres negras, definindo que este deveria ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores e que deveria estar articulado com o Movimento Feminista e Negro para que as lutas possam apoiar as lutas das mulheres negras mantendo as suas especificidades.

Para Sueli Carneiro (2011), o Movimento Feminista Negro tem conseguido mais atenção para as suas reivindicações, devido a essas articulações. Conforme as contradições das variáveis de raça, gênero e classe foram expostas, o movimento conseguiu enegrecer as reivindicações e promover uma feminização das propostas do Movimento Negro. Esses fatores contribuíram para que as condições específicas da mulher negra ganhassem mais atenção. Mas, para que o Movimento realmente possa se enegrecer é necessário dar o peso devido às questões de raça, de políticas públicas

voltadas para a mulher negra, de asseguaração dos direitos básicos, de combate genocídio da população negra, entre outros. (SALVINA, 2015)

Contudo, de modo geral, a terceira onda, também foi marcada pela ampla discussão e o foco nos assuntos voltados para sexualidade como a teoria *Queer* e as pautas das mulheres não brancas. O termo *Queer* foi, primeiramente, usado como ofensa contra homossexuais, travestis, transexuais e todos aqueles que se desviavam da normativa cis-heterossexual. Mas, em 1990, a filósofa norte-americana Judith Butler (1956-), publicou o livro “Problemas de Gênero”, no qual afirmou que orientação sexual e a identidade de gênero são resultados de uma construção social e, que, portanto, não existem papéis sociais biologicamente inscritos na natureza humana. Sendo assim, um ser humano pode desempenhar um ou vários papéis sexuais e de gênero. A Teoria *Queer* propõe um questionamento ao que se entende como verdade, as noções do que se entende como masculino ou feminino. Para a Teoria *Queer*, é importante perceber que esses conceitos se tratam, não de uma essência, mas sim, de um condicionamento social dos marcadores biológicos. (LOURO, 2001, p. 6)



Figura 17 - Judith Butler, s/d. Reprodução da internet.

Com a chegada dos anos 2000, as pautas passam a focar novamente nos assuntos voltados para os direitos reprodutivos. A heteronormatividade, a maternidade compulsória, assim como a legalização do aborto fazem parte das importantes pautas desse momento.

Nessa década, o Feminismo Radical também voltou com força, conquistando seu espaço na mídia através de ações que alguns consideram altamente provocativas.

A liberdade sexual e o estupro são pautas discutidas fortemente durante a Terceira Onda. No dia 3 de abril de 2011, em Toronto, no Canadá foi realizado um

protesto que depois deu origem à Marcha das Vadias. O evento protesta contra a cultura do estupro que culpabiliza a vítima. A origem da marcha se deu em janeiro de 2011, quando a universidade de Toronto registrou muitos casos de abusos sexuais em mulheres no campus. A aluna Jaclyn Friedman foi violentada por colegas em uma festa, mas não chegou a dar queixa, já que muita gente dizia que ela era culpada pelo ocorrido por estar bebendo, em uma festa e se vestindo de maneira fora da normativa patriarcal. Os agressores inicialmente foram expulsos, mas acabaram readmitidos e saíram impunes. (LAUTENS, 2011)



Figura 18 - Jaclyn Friedman, s/d. Reprodução da internet.

Depois dos acontecimentos, um policial orientou que como medida de segurança as mulheres “evitassem se vestirem como putas para não serem vítimas”. (RASSI, 2012) Depois disso, cerca de 3.000 pessoas foram às ruas para protestar contra a culpabilização das vítimas de violência sexual. Nasceu então o Movimento *Slut Walk* (Marcha das Vadias), que depois se espalhou por várias cidades pelo planeta. (RASSI, 2012)

Uma vertente que também surgiu na terceira onda e começou a ganhar força foi o Transfeminismo, uma corrente voltada para dar visibilidade às mulheres trans. Ele nasceu a partir da interseção do conceito de transgeneridade⁷ e do discurso feminista.

⁷ Refere-se à condição em que a expressão de gênero não corresponde ao papel social atribuído ao gênero designado a elas no nascimento, por exemplo uma criança ao nascer lhe é atribuído o papel social de

Essa vertente é fortemente criticada dentro do Feminismo Radical e não reconhecida como vertente, já que as radicais abolem a categoria gênero e não reconhecem as mulheres trans como mulheres, mas sim como homens que performam feminilidade, assim como consideram os homens trans como mulheres que não performam feminilidade.

No dia de 2 de julho, a *Assembléia Geral da ONU* decidiu por unanimidade a criação de um órgão único encarregado de acelerar os progressos para se alcançar a igualdade de gênero. A nova Entidade da ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, ou *ONU Mulheres*. A atriz Emma Watson, branca e milionária, foi eleita *Embaixadora da Boa Vontade da ONU para Mulheres* e lançou a campanha *HeForShe* (Eles por Elas)⁸, na qual convidava os homens a assinarem um pacto pela igualdade de gênero. A atitude da ONU não trouxe nada de novo, tendo em vista que, a organização constantemente é alvo de críticas por conta da sua ineficácia e comprometimento com o que está estabelecido; outro fator é que a ONU, teoricamente, deveria realizar ações de fato representativas, caso estivesse, de fato, comprometida com a promoção da igualdade de gênero, e nesse sentido, deveria dar voz para aqueles que são constantemente silenciados. Em seu primeiro discurso no dia 21 de setembro de 2014, em um evento em Nova Iorque, para o lançamento da campanha *HeForShe*, Emma Watson assumiu uma fala de caráter liberal ao convidar os homens a aderirem ao feminismo.⁹

(...) Homens, eu gostaria de usar essa oportunidade para apresentar o convite formal. Igualdade de gêneros é seu problema também. Até hoje eu vejo o papel do meu pai como pai ser menos válido na sociedade. Eu vi jovens homens sofrendo de doenças, incapazes de pedirem ajuda por medo de que isso os torne menos homens - de fato, no Reino Unido, suicídio é a maior causa de morte entre homens de 20-49 anos, superando acidentes de carro, câncer e doenças de coração. Eu vi homens frágeis e inseguros sobre o que constitui o sucesso masculino. Homens também não tem o benefício da igualdade. Nós não queremos falar sobre homens sendo aprisionados pelos estereótipos de gênero mas eles estão. Quando eles estiverem livres, as coisas vão mudar para as mulheres como consequência natural. Se homem não tem que ser agressivos, mulheres não serão obrigadas a serem submissas. Se homens não tem a necessidade de controlar, mulheres não precisarão ser controladas. Tanto homens quando mulheres deveriam ser livres para serem sensíveis. Tanto homens e mulheres deveriam ser livres para serem fortes.

mulher, mas ao longo do seu desenvolvimento a sua expressão de gênero se aproxima ao masculino, logo essa pessoa é um homem transgênero. (MODESTO, 2013)

⁸ Cf. <http://www.heforshe.org/en>

⁹ Cf. Discurso traduzido de Emma Watson na ocasião. <http://literatortura.com/2014/09/confira-traducao-discurso-feminista-realizado-por-emma-watson-em-evento-da-onu> Acesso em 12 de novembro de 2016.

É hora de começar a ver gênero como um espectro ao invés de dois conjuntos de ideais opostos. Deveríamos parar de nos definir pelo que não somos e começarmos a nos definir pelo que somos. Todos podemos ser mais livres e é isso que *HeForShe* é sobre. É sobre liberdade. Eu quero que os homens comecem essa luta para que suas filhas, irmãs e esposas possam se livrar do preconceito, mas também para que seus filhos tenham permissão para serem vulneráveis e humanos e fazendo isso, sejam uma versão mais completa de si mesmos. (...) (WATSON, 2014)

O discurso causou uma grande repercussão e foi alvo de vários elogios e críticas. Algumas feministas acharam que o discurso foi uma forma de trazer o Feminismo para uma esfera mais contemporânea e tirar a imagem negativa e estereotipada de que as feministas odeiam os homens. Enquanto outras feministas alegaram, que aceitar homens dentro do Movimento, acarretaria uma perda do protagonismo da mulher em um Movimento que foi criado por mulheres e para mulheres. (MCKENZIE, 2014)

Além de que, a escolha da atriz, cujo rosto é popularmente conhecido, levou a um novo questionamento: para qual mulher o discurso de Emma Watson estaria sendo direcionado? Como ela seria uma representante de todas as mulheres, se ela é uma jovem celebridade branca, rica e com ensino superior, ou seja, uma mulher com vários privilégios que a maioria não tem?

Após a transmissão de seu discurso, a atriz principalmente nas redes sociais por várias feministas negras pelo conteúdo problemático que transmitiu através da sua fala. Seja por convidar os homens a se juntarem ao Movimento, retirando o protagonismo da mulher, seja segundo a feminista negra e dona do blog *Black Girl Dangerous*, Mia Mckenzie, o discurso de Emma Watson é falho pelo fato de que:

Essa mensagem é falha e infeliz. Afirmar para os homens que eles deveriam se preocupar com a desigualdade de gênero porque isso também os atinge centraliza o homem e seu bem-estar num movimento consolidado por mulheres para a nossa sobrevivência num mundo que nos degrada e nos desumaniza diariamente. É tão problemático quanto afirmar para pessoas brancas que elas devem acabar com o racismo porque essa opressão retém todos nós na sociedade, então erradicá-lo os ajudariam também. É complicado. Primeiramente porque mesmo se isso fosse verdade, não cria nenhum tipo de solidariedade. Nunca conheci uma pessoa branca que decidiu tomar para si a luta anti-racismo por conta de seus efeitos negativos para pessoas brancas. Literalmente, nunca vi. E acho que não conheci nenhum homem que genuinamente apoiou ideais feministas porque eles beneficiavam, sobretudo, os homens. Se eu conhecesse gente assim, eu os adoraria. Eu questionaria porque comumente a opressão brutal sofrida por pessoas de cor * e mulheres (especialmente mulheres de cor) nunca foi suficientemente interessante para eles, que insistem na epifania sobre a maneira como homens e/ou pessoas

brancas são atingidas por essas construções pelo fato de que “homens também podem chorar”. (MCKENZIE, 2014)

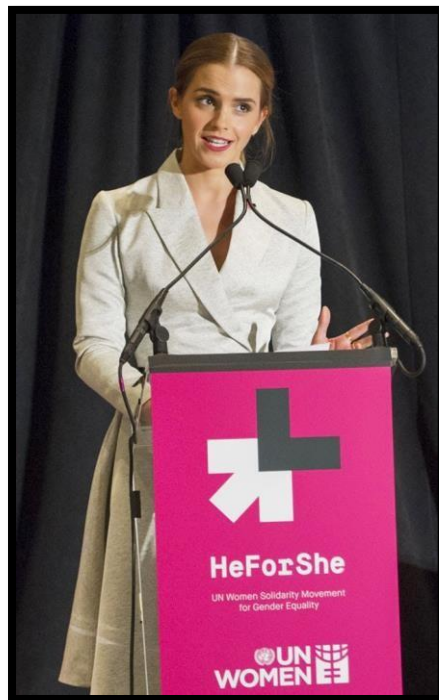


Figura 19 – Emma Watson, 2014.

E a britânica Julia Zulver, critica a escolha nada revolucionária da ONU ao colocar uma mulher dentro do padrão de bom modelo de mulher que influencie as mais jovens e pelo pouco aprofundamento nas questões pertinentes ao Movimento atualmente:

(...) Por que, em 2014, fez um discurso sobre a igualdade de gênero com foco em meninas que abandonam equipes esportivas e meninos que não são capazes de mostrar suas emoções até os 18 anos? Eu entendo que Watson estava falando da sua experiência pessoal, e até achei que sua franqueza acrescentou apelo emocional real para a sua mensagem, mas em um mundo onde o feminicídio, FGM, e casamento infantil são questões pertinentes, eu não acho que a experiência da menina adolescente é boa o suficiente para uma discussão na Organização das Nações Unidas.[...] Minha linha de fundo permanece: Quando temos mulheres carregando o colchão em que foram estupradas em um esforço para ter seu estuprador expulso, mulheres protestando fora das prisões para aquelas encarceradas devido a abortos praticados e caracterizados como homicídios, mulheres indo para a cadeia por usarem sua música para promover direitos LGBT em uma sociedade opressiva, não podemos pensar em melhores razões para a ONU promover o feminismo do que para impedir que as jovens se preocupem que elas estão se tornando “muito musculosas”? Quando temos um cenário global e uma voz que está pingando no poder discursivo, não podemos pensar em uma razão melhor para promover o feminismo para as massas? (ZULVER, 2014)



Figura 20 - Julia Zulver, s/d. Reprodução da internet.

Diante ainda hoje do silenciamento e da falta de representatividade das mulheres negras é necessário entender que existem várias mulheres contidas nesse “ser mulher” e que é preciso dar voz e espaço para essas mulheres e claro romper com essa visão de universalidade que é extremamente excludente. Hoje existem grandes estudiosas e pensadoras feministas negras como Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Bell Hooks e no Brasil nomes como Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Djamila Ribeiro, Núbia Moreira e Lélia Gonzalez que produzem ou produziram materiais ricos e que ajudam a contribuir para dar voz as mulheres negras.

Também é necessário que os livros que tratam sobre o assunto também deem espaço para o Feminismo Negro, que por muitas vezes não é sequer citado. (RIBEIRO, 2015).

Atualmente as principais lutas e desafios do Feminismo Negro se concentram em lidar com as desigualdades históricas no qual as mulheres estão submetidas, sobretudo no Brasil por conta do histórico de quase 400 anos de escravidão no país, nos campos da saúde, educação, mercado de trabalho e moradia. Rompimento com o Feminismo eurocêntrico, incorporar a diversidade das experiências de mulheres negras incluindo questões ligadas à prostituição e a homossexualidade, por exemplo. (LE MOS, 2006)

Segundo a militante do Feminismo Negro Brasileiro, Pedrina de Deus, “A luta pela emancipação da mulher negra não tem por finalidade apenas formar mulheres, seguras, capazes e brilhantes, que visem com isso adquirir privilégios individuais. Essas conquistas são como veículos para gerar transformações na vida da população negra”.

(DEUS *apud* LEMOS, 2006, p. 66) E o debate sobre a saúde da população negra dentro do Feminismo Negro tem essa intenção. (WERNECK; MENDONÇA; WHITE, 2006)

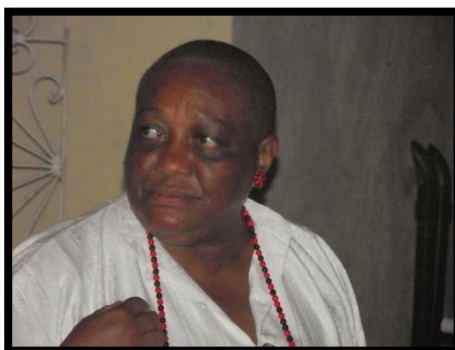


Figura 21 – Pedrina de Deus, militante histórica do Movimento Feminista no Rio de Janeiro. Reprodução da internet.

Jurema Werneck, por exemplo, é uma das organizadoras de uma obra pioneira que trata de um tema ainda pouco explorado academicamente, embora já venha sendo debatido entre as militantes negras: a saúde da população negra, incluindo a saúde mental das mulheres negras, especificamente atingidas pelo racismo internalizado, pelos estereótipos de hiperssexualização, subalternização, fracasso como destino e suspeição da mulher negra, pelos padrões de beleza brancos (LEMOS, 2006) e pela ideia forte de que as mulheres negras têm sempre que ser sempre fortes diante do racismo e da discriminação racial. (PAULA, 2015)



Figura 22 – Jurema Werneck, feminista, médica e membro da equipe da ONG Criola. Reprodução da internet.

Assim, a discussão da relação entre racismo, saúde e doença é um tema que vem sendo pautado pelas feministas negras no Estados Unidos e no Brasil desde a década de

1990. Mesmo assim as políticas públicas específicas nesse campo ainda são raras nos dois países. Em uma entrevista feita por Jurema Werneck com Angela Davis, ela afirma que “As mulheres negras em todo o mundo sofrem problemas enormes de saúde”. Há uma maior incidência de câncer de mama, miomas uterinos, pressão alta, anemia falciforme e HIV/AIDS entre as mulheres negras, tanto no Brasil quando nos Estados Unidos, por exemplo. Davis vai mais longe, pois ao considerar “(...) o conceito de saúde de forma abrangente, encontramos o problema da violência doméstica e da implementação de políticas de saúde reprodutiva conservadoras, que afeta as mulheres negras em todo o mundo”. Mas para além da saúde física, temos os problemas relacionados à saúde mental das mulheres negras, afetadas nessa área diretamente pelo racismo cultural e pelo racismo internalizado. Assim, ainda segundo Angela Davis,

(...) Comparando o movimento de mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos, tenho verificado questões interessantes em relação à saúde mental e à maneira como as mulheres brasileiras trabalham com problemas de racismo internalizado. Sei que no Brasil a segregação não foi institucionalizada e isso alimenta o mito da democracia racial. Quando uma pessoa se sente discriminada, mas não tem consciência disso, vai achar que o problema é com ela, que deve ter feito algo errado. O racismo internalizado é uma questão importante. As mulheres negras brasileiras têm criado diversas metodologias de trabalho nessa área. Essas práticas desafiam estereótipos e estimulam sua autonomia. (DAVIS, 2006, p. 69)



Figura 23 – Angela Davis, feminista norte-americana. Reprodução da internet.

Podemos dizer que o *blog* brasileiro *Blogueiras Negras* trabalha com uma dessas metodologias, pois têm a prática de trazer essa discussão sobre racismo e saúde mental à tona ao publicar textos sobre o assunto relacionados ao contexto brasileiro em seu *blog*, um dos mais acessados do gênero no país.

Mas, pode o racismo agir como causador de adoecimento, sobretudo, mental? E quando isso ocorre, o sistema público de saúde está preparado para lidar com essa

questão? E a saúde das militantes negras? Essas são duplamente atingidas, já que além de suas vivências elas convivem com relatos e injustiças que atingem outras mulheres negras.

CAPÍTULO 2 – RACISMO E SAÚDE MENTAL NO BLOGUEIRAS NEGRAS

O blog denominado *Blogueiras Negras* surgiu em 2012 e está até hoje no ar na internet, sem interrupções. Foi materializado por meio de um projeto criado

(...) a partir da Blogagem Coletiva da Mulher Negra, organizada para motivar a produção de textos sobre a relação entre duas datas importantes que são próximas em nosso calendário – 20 de novembro (Dia Nacional para nos lembrar de Zumbi dos Palmares, um dos principais heróis da luta antirracista brasileira e Dia da Consciência Negra) e 25 de Novembro (Dia Internacional de combate à violência contra as mulheres). O sucesso deste primeiro projeto revelou a existência de um grupo de blogueiras negras bastante produtivo. O nosso problema não era incentivá-las a escrever juntas, mas amplificar suas vozes.¹⁰



Figura 24- Print da capa do blog *Blogueiras Negras*.

Assim, se auto-definem como uma comunidade de mulheres negras comprometidas com questões relacionadas à negritude e ao Feminismo Interseccional, ou seja, busca ser a expressão de um coletivo de mulheres com diferentes histórias, mas com objetivos em comum; como espaço de discussão; e como um instrumento de publicização que tem como objetivo dar visibilidade a essas questões e combater vários tipos de opressão, tais como: “(...) racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia

¹⁰ Blog Blogueiras Negras. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em 26 de novembro de 2016.

e gordofobia”. Mas, essencialmente, pretende ser “(...) uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente”.¹¹

Ao formularem a sua missão são enfáticas em afirmar que buscam “(...) promover a livre produção de conteúdo, partindo do princípio de que às mulheres negras sempre lhes foi negado lugares e discursos. Queremos dar visibilidade aos nossos assuntos e nos tornarmos protagonistas de nossas lutas e vidas” e “(...) ressignificar o universo feminino afrocentrado através da gravação de nossas histórias, teorias e sentimentos. A produção escrita é a principal forma em que nós construímos a nossa própria identidade como mulheres negras de ascendência africana. Mulheres, caneta e teclado para reinventar a tela e amplificar nossas vozes e nossas vidas, produzindo informação para fazer a cabeça”.¹²

O *Blogueiras Negras* é coordenado por uma equipe auto-denominada como “facilitadoras”, composta por Charô Nunes e Larissa Santiago, que possuem a função de selecionar os textos a serem publicados e de cuidar da própria manutenção do *blog*. O *blog* também disponibiliza uma aba chamada “a equipe” que disponibiliza foto e uma minibiografia das coordenadoras do *Blogueiras Negras*. Charô Nunes informa apenas o seu nome e que escreve em outros dois *blogs*; Larissa Santiago se auto-define como “baiana, feminista negra, publicitária e militante”¹³; Thiane Neves Barros se identifica como “Paraense de ascendência maranhense. Publicitária. Faladeira. Professora. Curiosa. Ama tomar banho de igarapé e banho de chuva. Mestre em Comunicação. Filha de Oxum”¹⁴. Maria Rita Casagrande informa que é “gorda, assexual, mãe, balzaquiana e baixinha. Apaixonada por café da manhã, livros e trilhas sonoras”.¹⁵

O conteúdo publicado é selecionado de duas formas. A primeira, por meio de um grupo de discussão no *Facebook*, onde as integrantes acessam a agenda mensal e informam o tema escolhido, *e-mail* para contato e a data em que deseja publicar o material; a segunda maneira, através da aba de contato do *blog* ou pelo *e-mail* enviando o texto com uma foto e minibiografia. Também não é necessário estar inserida na vida acadêmica para publicar, já que o objetivo do *blog* é o “registro e visibilidade das nossas

¹¹ Blog *Blogueiras Negras*. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em 26 de novembro de 2016.

¹² Blog *Blogueiras Negras*. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em 26 de novembro de 2016.

¹³ <http://blogueirasnegras.org/equipe/>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

¹⁴ Informação retirada do media kit disponibilizado pelas coordenadoras do *Blogueiras Negras*.

¹⁵ Informação retirada do media kit disponibilizado pelas coordenadoras do *Blogueiras Negras*.

histórias, além da disseminação da informação, são os fatores mais importantes para as Blogueiras Negras”¹⁶ e que o importante é que o texto “comunique contenha o seu posicionamento e ponto de vista”. Ainda como regra de funcionamento, o *Blogueiras Negras* não permite publicações de mulheres brancas, para assim manter “um lugar exclusivo para o protagonismo das mulheres negras e afrodescendentes”¹⁷, “(...) um espaço que prioriza a escrita de mulheres negras por entender que a nós nos é negado lugares e discursos”¹⁸; também não permite a publicação de textos escritos por homens, já que, segundo as coordenadoras do *Blogueiras Negras*, “Existem muitos espaços organizados por homens, onde os mesmos falam, escrevem e protagonizam suas lutas.” O *blog* também se reserva a prerrogativa de não publicar nenhum material de cunho “transfóbico, racista, machista, sexista, LGBTQfóbico, gordofóbico ou com qualquer outra forma de preconceito”.¹⁹

Além dos textos disponibilizados *online*, o *Blogueiras Negras*, promove encontros regionais em datas e locais divulgados através de suas mídias. Também possuiu uma “agenda negra” com um calendário dos eventos voltados para o acesso e disseminação da cultura.



Figura 25 – Print da “agenda negra” do *Blogueiras Negras*. Reprodução da internet.

¹⁶ Blog Blogueiras Negras. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em 26 de novembro de 2016.

¹⁷ Blog Blogueiras Negras. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

¹⁸ Blog Blogueiras Negras. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

¹⁹ Blog Blogueiras Negras. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

O *blog* foi escolhido para esse trabalho por apresentar grande visibilidade, com uma média de 346 mil acessos mensais, 859 mil visualizações de páginas mensais, 228 mil fãs no *Facebook* e cerca de 12 mil seguidores no *Twitter*, sendo mulheres 81% dos visitantes e, 29% desse total mulheres, de 18 a 24 anos de idade.

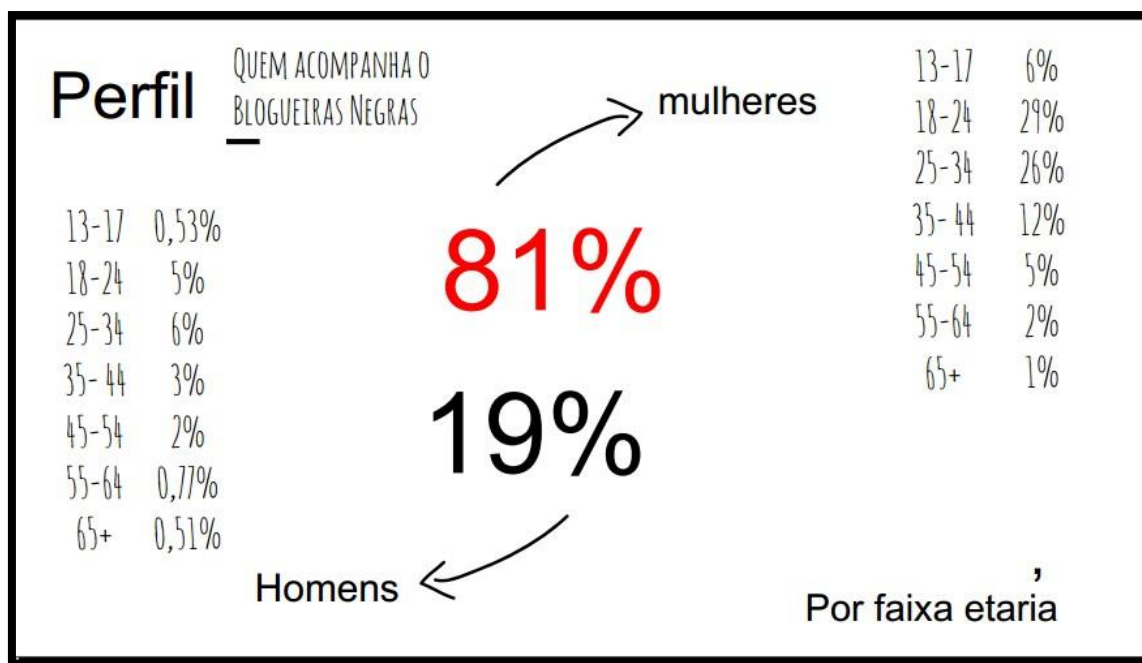


Figura 26 – Estatísticas de acesso ao *Blogueiras Negras*, disponível no próprio *blog*.

Essa escolha também se deu em função desse *blog* apresentar um número considerável de textos e uma boa organização deles por meio de *tags*, sendo elas, “identidade e negritude”, “educação”, “feminismo”, “direitos”, “mídia”, “sexualidade”, “cultura”, “infância e juventude”, “política”, “saúde”, “corpo e beleza” e “religião”. Isso possibilitou seleção de um conjunto de textos sobre o mesmo tema. Além disso, o *blog* possuiu uma aparência que facilita a visualização dos textos.

Assim, foram selecionados para análise 12 textos da aba “saúde” do *blog*, cuja temática central gira em torno do racismo como fator determinante para o adoecimento psicológico, de denúncias da dificuldade de acesso da população negra aos serviços de saúde mental e também da angústia que essas pessoas passam quando tem acesso à terapia psicológica. Como o racismo atinge a saúde mental da população negra, em geral, e das mulheres negras especificamente?

N.	AUTORA	TÍTULO	DATA DA PUBLICAÇÃO	TEMAS E QUESTÕES ABORDADOS
1	Maria Barros	O racismo é caso de saúde pública!	11/04/2013	Racismo como potencializador de estresse e a sua relação com doenças físicas, estigmatização da população negra pela mídia, polícia e sociedade.
2	Jarid Arraes	Os danos psicológicos do racismo para as ativistas	26/06/2013	Dificuldade de manter a saúde mental e emocional sendo mulher, negra e também ativista; e a importância do diálogo, respeito e solidariedade entre grupos militantes divergentes e convergentes para oferecerem suporte,
3	Jarid Arraes	O lugar da negritude e o racismo na psicologia	15/11/2013	Falta de presença discussão da questão da negritude e do racismo na psicologia, falta de consciência política e social dos psicoterapeutas que atribuem o sofrimento psíquico/emocional causado pelo racismo como uma questão individual e de autoaceitação e a falta de seminários, debates e disciplinas durante a graduação que preparem o profissional para essas situações.
4	Jarid Arraes	A saúde mental da população negra	19/12/2013	Depressão sofrida pelos escravos negros no Brasil, problematização da ideia arraigada e preconceituosa de que a depressão é

				<p>uma doença de pessoas ricas, já que “pobres não teriam tempo de sofrer”; negligência com relação a saúde mental da população negra; racismo como potencializador do sofrimento, falta de auxílio psicológico para a população negra; falta de pesquisas voltadas para a questão da saúde mental relacionada ao perfil étnico-racial no país.</p>
5	Carla Akotirene	Um olhar sobre o machismo e as consequências em saúde das militantes negras	06/01/2014	<p>Denúncias com relação à violência física; ausência de denúncias quando a violência é de origem psicológica; rompimento do “nó afetivo” entre a mulher negra e o seu parceiro que comumente as anulam e as oprimem; silenciamento sofrido pela mulher negra por homens próximos; ocultação dos sentimentos como forma de sobrevivência e o racismo agravado pelo machismo como motivadores da perda de saúde mental.</p>
6	Mabia Barros	Doenças mentais e a mulher negra	31/07/2014	<p>Doenças mentais causadas pela ideia de que mulher negra deve ser forte e nunca se abater diante do racismo; o racismo como fator que pode levar à automutilação; o</p>

				direito negligenciado que a população negra tem de pedir ajuda psicológica; a falta de estudos e pesquisas sobre a proporção de suicídios da população negra comparada a população branca no Brasil.
7	Jaqueline Gomes de Jesus	Doença de branco	31/10/2014	Branquitude como afirmação de uma superioridade de raça e como um privilégio sócio-econômico; culpabilização da população negra pelo embranquecimento, já que são comumente apontados como passivos com relação à esse processo.
8	Juliana Carolina	Aquela campanha do SUS e o racismo na saúde	26/03/2015	Racismo institucional, falta de políticas públicas voltadas para a população negra no que diz respeito a doenças que são mais comuns em pessoas negras; dificuldades específicas no acesso à saúde básica para a população negra, mesmo ela sendo maior parcela dos usuários do SUS; crítica com relação ao pré-natal para as mulheres negras.
9	Mara Gomes	Por que eu sempre tenho que ser forte? Sobre psicologia, racismo e vazio	28/07/2015	Ensino da psicologia centrada no branco, no eurocentrismo, no elitismo e no individualismo;

				falta de estudos sobre autores negros na psicologia como também a falta de estudo e entendimento sobre a vivência de uma pessoa negra, o que muitas vezes silencia o negro ou negra que vai buscar por ajuda.
10	Gabriela Pires	Quem dá suporte às militantes negras?	01/03/ 2016	Crítica e desabafo com relação ao apoio mútuo que a autora acredita que deveria existir entre militantes negras, e a falta de aceitação de divergências de opiniões; alta carga de responsabilidade (com relação a desconstrução e militância) dada à mulheres que nunca se intitularam militantes e às mulheres que são consideradas militantes famosas e a falta de aceitação das diferentes vivências .
11	Anônima	Tem dias que não tem lágrimas	27/09/2016	Solidão sofrida pela mulher negra, discriminação no ambiente escolar e a falta de empatia e irmandade pela mulher negra.
12	Mariana Barbosa	Depressão é coisa de branco	8/5/2015	Estereótipo de que a mulher negra tem que ser forte sempre, que a função dela é cuidar e não ser cuidada de ser objeto sexual, desvalorização estética; tem sempre, como militante, o dever político de não se

				<p>fragilizar e de lutar sempre; negação ao negro da sua própria <i>psiquè</i> e subjetividade e do cuidado com elas; negação de outros caminhos para lidar com a subjetividade diante dos danos caudados pelo racismo que não a resignação e resistência.</p>
--	--	--	--	--

Tabela 1 – Quadro sinóptico dos textos selecionados.

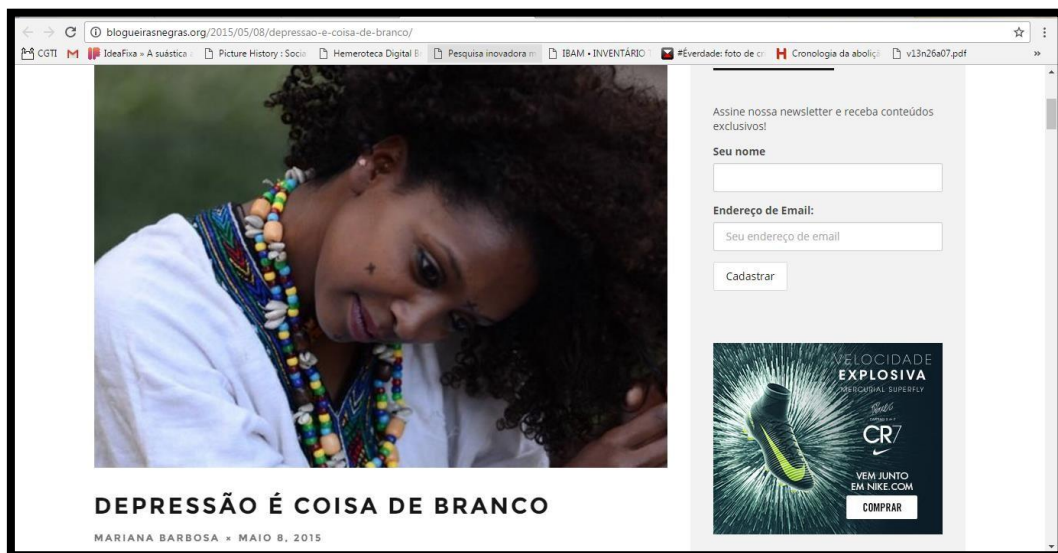


Figura 27 – Os textos publicados no *blog* são sempre acompanhados de fotos protagonizadas por pessoas negras que fazem alusão ao tema do texto, uma estratégia para atrair o leitor e reafirmar a importância do tema.

Os textos selecionados para análise possuem alguns pontos em comum. Em sua maioria eles têm um tom de desabafo e/ou denúncia, geralmente, partindo de relato pessoal, como acontece, por exemplo, nos textos “Um olhar sobre o machismo e as consequências em saúde para militantes negras” de Carla Akotirene e “Depressão é coisa de branco” de Mariana Barbosa. Ambos trazem um desabafo criticando a ideia racista de que a população negra não tem direito ao sofrimento e às fragilidades: Depressão é coisa de branca/o. Eu não posso ter depressão. Quem tem depressão precisa de cuidados, de papas na língua, de temeridade. Eu sou uma cuidadora! A lei da minha raça é cuidar! Eu não posso ter depressão! Me ensinaram assim (...)” (BARBOSA, 2015).

Já no texto “Saúde mental da população negra”, a autora Jarid Arraes, usa o termo Banzo, que costuma ser descrito como “espécie de estado de espírito que acometia os africanos trazidos ao Brasil como escravos-explica-se geralmente que as pessoas negras entravam em estado de ‘melancolia’ com um forte sentimento de saudade da terra natal e desmotivação pela vida”. (ARRAES, 2013) para demonstrar a negligência com relação a saúde mental da população negra:

O Banzo é um exemplo de como a saúde mental da população negra é negligenciada. Como se não bastasse o contexto de exclusão gerado pela condição financeira desfavorecida, o racismo também potencializa o quadro de sofrimento desses indivíduos. Sabendo-se que a exclusão social e a discriminação geram profunda tristeza, letargia e desespero, acabam com a autoestima, e esperança e a motivação de vida, e levam até mesmo a outros problemas, tais como dependência química, não é difícil concluir que há uma quantidade enorme de pessoas negras passando por transtornos psicológicos sem receber nenhum tipo de auxílio(...). (ARRAES,2013)

Entre esses 12 textos, nos quais são identificados os danos psicológicos do racismo, especialmente, para as militantes negras, como no texto “Os danos psicológicos do racismo para as ativistas”, também de Jarid Arraes. Nesse texto ela discorre sobre os danos do racismo para as militantes, que além de lidarem com a discriminação em suas próprias vidas, lidam diretamente com várias outras situações de discriminação racial e violência sofridas por outras pessoas. No trecho ela expressa esse argumento:

Enfrentar os próprios fantasmas já é uma batalha árdua, mas o ativismo político reúne essas questões de uma forma massiva. Para quem participa de um movimento social, são muitas notícias, depoimentos e denúncias revoltantes, além

de ações e intervenções presenciais que elevam ainda mais a proximidade com o problema. O racismo está sempre presente no dia-a-dia, pois a mulher negra feminista não está em contato somente com os grandes acontecimentos que ganham repercussão na mídia. Ser ativista significa lidar diariamente com depoimentos e pedidos de ajuda de companheiras agredidas e acompanhar portais de notícias ou blogs coletivos com acontecimentos que nem sempre aparecem na tv. Não basta lidar pessoalmente com a intolerância da sociedade: quem é ativista acaba tomando conhecimento de novos casos de violência e discriminação a todo momento. E é muito mais difícil tentar “esquecer os problemas” quando você tem acesso ao número total de estupros ou mortes só na última semana – uma informação que talvez fosse preferível não saber(...)” (ARRAES, 2013)

Nesse mesmo sentido, o texto “Quem dá suporte às militantes negras”, de Gabriela Pires, traz um desabafo sobre a fragilidade da saúde mental das militantes e com relação a falta de solidariedade entre as mesmas, principalmente, quando as divergências de concepções/opiniões aparecem. (PIRES, 2016)

Muitas das vezes as autoras utilizam dados de pesquisas para comprovar seus desabafos e argumentos, como no texto “O racismo é caso de saúde pública!”, de Mabilia Barros, no qual é realizada uma reflexão acerca de dois textos, o primeiro “Como o racismo é ruim para os nossos corpos” publicado no *site* da revista norte-americana *The Atlantic Monthly*, e o segundo que é “Jornais brasileiros separam racismo de violência” publicado no *site Raça Brasil*. A autora, ao longo do texto, destaca alguns pontos que explicitam as formas de adoecimento causadas pelo racismo, como fica evidente no seguinte fragmento: “(...) estudos publicados em revistas como *The American Journal of Public Health* comprovam que a discriminação comprovadamente aumenta os riscos de casos de hipertensão, depressão, estresse, problemas cardiovasculares, câncer de mama e a mortalidade”. (BARROS, 2013) Em outro trecho a mesma questão aparece e dados são apresentados. A autora afirma que por meio de teste realizado nos Estados Unidos pelo *Sistema de Vigilância para Fatores de Risco* é possível comprovar a relação entre estresse, doenças do corpo e a discriminação racial. Tal teste

Separou um grupo alunas e quis comparar latinas com brancas (estas eram treinadas pelos pesquisadores). Assim, pediu para que cada uma delas respondesse a um questionário sobre comportamento, incluindo perguntas sobre estereótipos raciais. Algumas das brancas deram respostas racistas, outras não. Daí pediram para as latinas preparassem um discurso de três minutos sobre “Como sou como parceira de trabalho” para apresentar a uma possível parceira de laboratório, branca. Elas foram monitoradas em frequência cardíaca, eletrocardiograma e cardiografia de impedância. Antes de escrever, elas leram as respostas de suas parceiras. Quando pensavam que estava escrevendo para uma parceira de laboratório branca e racista, a pressão era mais alta, a frequência cardíaca também.

A mera possibilidade de racismo já desencadeia uma resposta de estresse no organismo. Imagina quem vive sob constante ameaça?”(BARROS, 2013)

Outra característica marcante desse conjunto de textos é a diferença de acesso à atenção básica em saúde entre negros e brancos, como também a falta de políticas de saúde pública especificamente voltadas para a população negra. No texto “Aquele campanha do SUS e o racismo na saúde”, de Juliana Carolina, a autora demonstra como a própria campanha *SUS sem racismo* (2014) não trata com profundidade do tema, pois o racismo também se manifesta no SUS por meio da falta de atenção à saúde da população negra. Juliana Carolina usa o depoimento de Paula Vieira, enfermeira formada nas USP, para comprovar esse fato:

(...) sabe-se que hipertensão arterial tem maior incidência na população negra e mesmo assim, não há estratégia específica voltada a esse fato. Embora essa já seja uma informação científica comprovada, o sistema de saúde não desenvolve ação para acesso ao diagnóstico precoce e a um tratamento com qualidade. (CAROLINA, 2015).

Assim, após analisar os 12 textos selecionados no *Blogueiras Negras*, destacando seus pontos principais, é possível concluir que esse conjunto de textos divulga dados e informações importantes para embasar com dados e argumentos a militância das mulheres negras, pois denuncia e comprova a existência de um tipo de dano específico sofrido pela mulher negra: o adoecimento psicológico em função do racismo e abandono da população negra pela saúde pública nesse quesito. Assim, a necessidade cada vez maior de políticas públicas voltadas especificamente para a população negra é afirmada de modo contundente.

Nesse sentido, outro fator que perpassa todos esses 12 textos é a resistência e persistência das militantes Feministas Negras diante da invisibilidade, da opressão racial, da concepção de que a mulher negra deve ser sempre forte, do adoecimento psicológico causado pelo racismo, da falta de políticas de saúde mental específicas, da falta de reconhecimento do racismo como fator de adoecimento e, até mesmo, da negação da existência do racismo.

CONCLUSÃO

Apesar de possuírem traços bem específicos, as três ondas do Movimento Feminista possuem uma característica em comum: a busca pela equidade de gênero.

Durante a primeira onda, que possuía caráter mais liberal e cuja maioria das militantes era composta por mulheres brancas burguesas, a principal luta eram os direitos voltados à cidadania, como o sufrágio feminino, que até aquele momento não havia sido alcançado e o direito de trabalhar fora sem a autorização do marido.

Na segunda onda, emergiu uma análise crítica sobre o que foi a primeira onda e o seu caráter burguês e sobre a falta de enfoque nas formas de opressão contra a mulher. Foi a partir dessa onda se passou a entender o sexo como político, ou seja, permeado por poder e hierarquia. As principais pautas da segunda onda eram voltadas, principalmente, para a liberdade de escolha da mulher, para a cidadania e para a crítica ao patriarcado.

Mas, foi durante a terceira onda que as vertentes surgidas na segunda onda se fortaleceram e o Feminismo Negro começou efetivamente a ganhar força, articulando-se com outros movimentos, como o LGBT, o Negro e o próprio Movimento Feminista.

Assim, após estudar o tema do Feminismo Negro e do racismo como fator de adoecimento psicológico é possível concluir que a mulher negra possui uma trajetória de luta e resistência dentro e fora do próprio Movimento Feminista; antes e para além do Movimento Feministas. Em todos os casos, buscando seu espaço de voz, visibilidade e representatividade. Porém, mesmo conquistando mais espaço e visibilidade, as opressões contra a mulher negra persistem, como é o caso da relação entre racismo e saúde mental. Os dois fatores se mostram entrelaçados quando a população alvo é a negra. A discriminação racial começa quando a população negra possui maior dificuldade de acesso à rede básica de saúde se comparada a população branca; quando não são desenvolvidas políticas de saúde suficientes voltadas especificamente para a população negra; quando a mulher negra é vista socialmente como forte e cuidadora, perdendo o “direito” de sofrer, desenvolver e ser cuidada em função de algum tipo de adoecimento psicológico; quando, ao procurar ajuda profissional, negras (e negros) são obrigados a lidar com um atendimento totalmente despreparado para tratar do racismo e, que, por muitas vezes, reduz o seu sofrimento a fatores individuais, como a baixa autoestima, negando a existência e/ou persistência do racismo na sociedade e o adoecimento que ele causa.

Obviamente algumas conquistas já foram alcançadas, mas isso não significa que todos os objetivos já foram atingidos. Contudo, representam uma evolução no que diz respeito à visibilidade das pautas e especificidades da mulher negra. O *blog Blogueiras*

Negras e suas denúncias, desabafos, dados e argumentos apresentados aqui são fruto dessa luta e desse movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANUNCIADA, Patrícia. A Poesia de Audre Lorde, 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/03/10/a-poesia-de-audre-lorde/> . Acesso em 12 de novembro de 2016.

_____. Feminismo interseccional: um conceito em construção, 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/> . Acesso em 10 de novembro de 2016.

_____. Uma Conversa Sobre Feminismo Negro, 2016. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/03/uma-conversa-sobre-feminismo-negro/> . Acesso em 12 de novembro de 2016.

ARRAES, Jarid. 25 de julho: toda mulher negra é um quilombo, 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2014/07/25/25-de-julho-tereza-de-benguela/> . Acesso em 16 de novembro de 2016.

AUAD, Daniela; *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AULETE. *Dicionário*, 2011.

BARBA, Pan Montserrat. *O que é feminismo?*, 2014. Disponível em http://feminismo.org.br/web/wp-content/uploads/2014/10/O-que-%C3%A9-feminismo_Montserrat-Barba-Pan.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: Conquistas e controvérsias. *Estudos Feministas*. Ano 9. 2001.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Uma história do feminismo no Brasil. Resenha. *Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 1, 2003, p 135-138. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9815/1/2003_art_iafbarreira.pdf . Acesso em 3 de dezembro de 2016.

BECHARA, Evanildo. *Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011

BLOGUEIRAS NEGRAS, <http://blogueirasnegras.org>

BORBA, Francisco S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Ed. Piá, 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em <http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/#gs.7e846Ig>. Acesso em 8 de outubro de 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2016.

DAVIS, Angela. Entrevista com Angela Davis. Continuar vivendo e lutando. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (orgs.) *O livro da saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

_____. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Positivo, 2010.

GAMBA, Susana. *Feminismo: historia y corrientes*, 2008. Disponível em <http://www.mujaresenred.net/spip.php?article1397>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do Feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.

LEMO, Rosália de Oliveira. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (orgs.) *O livro da saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – Uma política pós – identitária para a educação, *Rev. Estudos Feministas*. n. 541, 2001.

MCKENZIE, Mia. Por que eu não estou nem aí para o discurso de Emma Watson na ONU, 2014. Disponível em <http://www.emdialogo.uff.br/content/porque-eu-nao-estou-nem-ai-para-o-discurso-feminista-de-emma-watson-na-onu>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

MENDONZA, Bernardo. *El Sufragismo*; 2006, p. 1. Disponível em <http://www.iesmartilhuma.org/departaments/CSocials/Santi/PortalHistoria/BLOC2/Apunts/el%20sufragismo.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Revista Psicologia em Estudo*, Paraná, v.11, n. 3, p.648-651, set./dez, 2006.

OBLADEN, Roberta. *Mulheres e política*. Disponível em http://www.educacional.com.br/reportagens/eleicoes_mulheres-politica/default_imprimir.asp?strTitulo= Acesso em 4 de dezembro de 2016.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, ago. 2004. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 4 de dezembro de 2016.

PAULA, Viviane de. Cansei de ser forte: por que ser mulher é uma luta constante? 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/06/16/cansei-de-ser-forte-por-que-ser-mulher-e-uma-luta-constante/>. acesso em: 12 de novembro de 2016.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? *Carta Capital*, 24/03/2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/quem-tem-medo-do-feminismo-negro-1920.html>. Acesso em 2 de dezembro de 2016.

SANTOS, Thais Salvina dos. *Feminismo Negro: história, lutas e trajetórias. Pré-projeto de monografia – EPSJV*: 2015.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados. Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

VILAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss Conciso*. São Paulo: Ed. Moderna, 2011.

WATSON, Emma. Discurso traduzido de Emma Watson realizado em 21/09/2104.

<http://literatortura.com/2014/09/confira-traducao-discurso-feminista-realizado-por-emma-watson-em-evento-da-onu/> Disponível em <http://literatortura.com/2014/09/confira-traducao-discurso-feminista-realizado-por-emma-watson-em-evento-da-onu/> Acesso em 29 de novembro de 2016.

WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (orgs.) *O livro da saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

ZULVER, Julia. Emma Watson é a porta-voz ideal para a ONU?, 2014. Disponível em <http://naoaguentoquando.com.br/reflexoes/emma-watson-e-a-porta-voz-ideal-para-a-onu/> Acesso em 1 de novembro de 2016.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. *As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres*. Londrina, 2010.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto e legislação comparada, *Rev.. Ciên. Cult.*
vol. 64. n.2, São Paulo, 2012.